


ENTRE O CUIDADO E A MEDIAÇÃO: A ATUAÇÃO DOS MONITORES DE SALA DE AULA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

BETWEEN CARE AND MEDIATION: THE ROLE OF CLASSROOM MONITORS IN INCLUSIVE EDUCATION

ENTRE EL CUIDADO Y LA MEDIACIÓN: EL PAPEL DE LOS MONITORES DE AULA EN LA EDUCACIÓN INCLUSIVA

 <https://doi.org/10.56238/arev7n6-336>

Data de submissão: 28/05/2025

Data de publicação: 28/06/2025

Renata Maria Pontes Cabral de Medeiros

Doutoranda em Educação Escolar. Discente. Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara

E-mail: renatapontes2025@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3874396209381933>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-1342-3406>

Relma Urel Carbone Carneiro

Professora Doutora em Educação Escolar. Docente. Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara

E-mail: relma.urel@unesp.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4107755396897795>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8961-3617>

RESUMO

Os monitores da educação especial, também conhecidos em diferentes redes como monitores de sala de aula, profissionais de apoio escolar, cuidadores, auxiliares de inclusão ou assistentes de apoio à inclusão, são profissionais que atuam diretamente nas escolas para oferecer suporte individualizado ou em pequenos grupos a estudantes público-alvo da educação especial, garantindo-lhes acesso, permanência, participação e aprendizagem no ensino comum. Este artigo tem como objetivo analisar a visão de monitores de sala sobre o trabalho que desenvolvem com crianças público-alvo da educação especial no ensino comum. A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, foi realizada com dez monitores atuantes na rede municipal de ensino de uma cidade do interior paulista. A coleta de dados foi feita por meio de entrevistas semiestruturadas, e os dados foram analisados segundo a técnica de análise de conteúdo. Os resultados revelaram quatro categorias centrais: concepção do papel profissional, relação com os alunos, desafios institucionais e reconhecimento da função. Os participantes relataram desempenhar um papel multifacetado, indo além do cuidado físico, envolvendo aspectos pedagógicos, afetivos e de mediação social. As principais dificuldades apontadas foram a ausência de formação específica, a falta de definição das atribuições e a desvalorização profissional. Conclui-se que os monitores desempenham uma função estratégica na efetivação da educação inclusiva, sendo imprescindível garantir-lhes formação, reconhecimento e melhores condições de trabalho.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Monitor de Sala. Ensino Regular. Formação Profissional.

ABSTRACT

Special education monitors, also known in different networks as classroom monitors, school support professionals, caregivers, inclusion assistants or inclusion support assistants, are professionals who work directly in schools to provide individualized or small group support to students who are the target audience for special education, ensuring their access, retention, participation and learning in regular education. This article aims to analyze the view of classroom monitors about the work they develop with children who are the target audience for special education in regular education. The research, with a qualitative approach and descriptive nature, was conducted with ten monitors working in the municipal education network of a city in the interior of São Paulo. Data collection was done through semi-structured interviews, and the data were analyzed using the content analysis technique. The results revealed four central categories: conception of the professional role, relationship with students, institutional challenges and recognition of the role. The participants reported playing a multifaceted role, going beyond physical care, involving pedagogical, affective and social mediation aspects. The main difficulties identified were the lack of specific training, the lack of definition of responsibilities and professional devaluation. It is concluded that monitors play a strategic role in the implementation of inclusive education, and it is essential to guarantee them training, recognition and better working conditions.

Keywords: Inclusive Education. Classroom Monitor. Regular Education. Professional Training.

RESUMEN

Los monitores de educación especial, también conocidos en diferentes redes como monitores de aula, profesionales de apoyo escolar, cuidadores, asistentes de inclusión o asistentes de apoyo a la inclusión, son profesionales que trabajan directamente en las escuelas para brindar apoyo individualizado o en pequeños grupos al alumnado destinatario de la educación especial, garantizando su acceso, retención, participación y aprendizaje en la educación regular. Este artículo busca analizar la visión de los monitores de aula sobre el trabajo que desarrollan con niños destinatarios de la educación especial en la educación regular. La investigación, con un enfoque cualitativo y de naturaleza descriptiva, se realizó con diez monitores que trabajan en la red municipal de educación de una ciudad del interior de São Paulo. La recopilación de datos se realizó mediante entrevistas semiestructuradas y se analizaron mediante la técnica de análisis de contenido. Los resultados revelaron cuatro categorías centrales: concepción del rol profesional, relación con el alumnado, desafíos institucionales y reconocimiento del rol. Los participantes relataron desempeñar un rol multifacético, que va más allá del cuidado físico e involucra aspectos pedagógicos, afectivos y de mediación social. Las principales dificultades identificadas fueron la falta de formación específica, la indefinición de responsabilidades y la devaluación profesional. Se concluye que los monitores desempeñan un papel estratégico en la implementación de la educación inclusiva, y es fundamental garantizarles formación, reconocimiento y mejores condiciones laborales.

Palabras clave: Educación Inclusiva. Monitor de Aula. Educación Regular. Formación Profesional.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE)¹ nas salas de aula do ensino comum é um direito assegurado por diversas legislações brasileiras, como a Constituição Federal de 1988 (BRAISL, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e, mais recentemente, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Dentro desse contexto, emerge a figura do monitor de apoio escolar — também denominado monitor de sala, auxiliar de apoio ou cuidador ²— como profissional que contribui diretamente para garantir a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação nas instituições regulares de ensino.

O monitor de sala de aula (designação utilizada no município local da pesquisa) atua como um elo entre o professor regente, os estudantes e os demais membros da comunidade escolar. Suas funções, embora muitas vezes não formalmente definidas em documentos normativos nacionais, envolvem o auxílio nas atividades de vida diária, no deslocamento pelo ambiente escolar, no apoio às atividades pedagógicas, além de promover a mediação da interação social e da autonomia dos alunos (BRASIL, 2010; BRASIL, 2009; GHEDIN; OLIVEIRA, 2012).

Infelizmente, não há dados oficiais consolidados que indiquem o número exato de monitores escolares atuando com o público-alvo da educação especial no Brasil. A função de monitor ou profissional de apoio escolar não possui uma nomenclatura ou regulamentação padronizada em âmbito nacional, o que dificulta a coleta e a sistematização dessas informações. Dessa forma, apesar da relevância de sua atuação, esses profissionais nem sempre recebem a devida valorização, formação continuada ou orientação pedagógica para desempenhar adequadamente suas funções.

Diante disso, compreender como os próprios monitores percebem o seu trabalho dentro do ambiente escolar e junto aos alunos da educação especial é uma questão fundamental para o avanço das políticas inclusivas e da qualificação das práticas pedagógicas. Suas percepções podem revelar tanto os desafios cotidianos — como a falta de preparo, sobrecarga de tarefas ou invisibilidade

¹ De acordo com o Decreto nº 7.611/2011 e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), são considerados público-alvo da Educação Especial: 1. Estudantes com deficiência (Inclui deficiências físicas, intelectuais, auditivas, visuais, múltiplas e outras condições que impliquem limitações significativas na participação escolar); 2. Estudantes com transtornos globais do desenvolvimento-TGD (Atualmente referidos como transtornos do espectro autista (TEA) e condições similares que comprometam a linguagem, a comunicação, a socialização e o comportamento); 3. Estudantes com altas habilidades/superdotação (São aqueles que demonstram desempenho elevado em áreas como intelectual, criativa, artística ou esportiva, e que demandam serviços educacionais especializados para desenvolver plenamente seu potencial).

² As diferentes denominações atribuídas ao monitor de apoio escolar (como monitor de sala, auxiliar de apoio, cuidador escolar, entre outras) não são padronizadas nacionalmente, mas derivam das legislações estaduais, municipais e normativas internas das redes de ensino.

institucional — quanto as potencialidades de sua atuação na promoção de uma educação mais equitativa.

Este artigo tem como objetivo investigar a visão dos monitores de sala que atuam com crianças público-alvo da educação especial no ensino comum, buscando identificar suas concepções sobre seu papel, suas experiências práticas, os desafios enfrentados e os impactos percebidos em relação ao desenvolvimento dos alunos. Ao dar voz a esses profissionais, pretende-se contribuir para a reflexão crítica sobre sua função no contexto da inclusão escolar e para a construção de estratégias de formação e valorização profissional que favoreçam o fortalecimento da educação inclusiva no Brasil.

Para tanto, a pesquisa articula referenciais teóricos, documentos legais e dados empíricos obtidos por meio de entrevistas com monitores atuantes em redes públicas de ensino.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A educação inclusiva parte do princípio de que todas as crianças têm o direito de aprender juntas, respeitando suas singularidades e potencialidades. Conforme a UNESCO (2020), a inclusão é um processo que valoriza a diversidade humana e promove um sentimento de pertencimento, fundamentado na crença de que toda pessoa tem valor e capacidade de desenvolvimento. Jardinez e Natividad (2024) ressaltam que a educação inclusiva favorece um ambiente de aprendizagem que estimula a diversidade, a empatia e a aceitação. Além disso, Mittler (2015), em atualização de sua obra clássica, enfatiza que a inclusão requer a implementação de políticas e práticas que não apenas acomodem as diferenças, mas as celebrem, construindo ambientes escolares verdadeiramente democráticos e acolhedores.

A partir desse princípio, o sistema educacional brasileiro tem buscado garantir o acesso e a permanência dos estudantes público-alvo da educação especial (PAEE) nas escolas regulares, o que implicou a necessidade de repensar estruturas, práticas pedagógicas e o papel de diferentes profissionais envolvidos no processo educativo.

Um dos agentes centrais nesse cenário é o monitor de sala, também referido como profissional de apoio escolar, cuidador ou auxiliar educacional. Segundo a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que trata do atendimento educacional especializado (AEE), o apoio de profissionais em sala de aula comum é necessário para auxiliar na execução de atividades escolares, desde que em articulação com os professores e os serviços de AEE. No entanto, apesar dessa previsão normativa, ainda existem lacunas quanto à definição clara das atribuições desses profissionais, bem como à sua formação específica para o trabalho com crianças com deficiência (Souza & Nunes, 2019).

Ao fazer o levantamento das normativas existentes a respeito desse profissional encontramos o seguinte panorama, conforme explicitado no quadro abaixo:

Quadro 1: Legislação e Normas sobre a Atuação do Monitor/Profissional de Apoio Escolar

Documento Legal/Norma	Ano	Conteúdo Relevante	Implicações para o Monitor/Profissional de Apoio
Constituição Federal (Art. 205 e 208)	1988	Direito à educação com garantia de igualdade de acesso e permanência.	Fundamenta o direito ao apoio necessário para estudantes com deficiência.
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/96	1996	Art. 58 a 60 tratam da Educação Especial na perspectiva da inclusão.	Prevê a oferta de serviços e recursos de apoio especializado na rede regular.
Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) – Lei nº 13.146/15	2015	Art. 28, § 1º: garante “profissionais de apoio escolar” para estudantes com deficiência.	Reconhece legalmente o direito ao apoio por profissional qualificado, sem custos à família.
Nota Técnica nº 19/2010 – MEC/SEESP/GAB	2010	Esclarece que o profissional de apoio atua na promoção da autonomia do estudante, sob orientação pedagógica.	Define que o profissional não substitui o professor, atua colaborativamente e conforme as necessidades do aluno.
Parecer CNE/CEB nº 13/2009 e Resolução CNE/CEB nº 4/2009	2009	Define diretrizes para a Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva.	Reforça o papel do apoio individualizado e especializado, indicando necessidade de formação específica.
Decreto nº 7.611/2011	2011	Regulamenta a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e apoio escolar.	Estabelece que o apoio pode ser realizado por profissional capacitado, de forma complementar e não substitutiva ao docente.

Fonte: elaborado pelas autoras (2025)

A análise das legislações presentes no quadro evidencia que o respaldo legal para a atuação dos monitores escolares é relativamente recente e ainda fragmentado. A Constituição Federal de 1988, (BRASIL, 1988) ao estabelecer a educação como direito de todos e dever do Estado, cria a base para o oferecimento de apoio escolar, enquanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) reconhece a Educação Especial como modalidade transversal. Contudo, é com a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) que a presença do profissional de apoio escolar passa a ter reconhecimento explícito, o que dialoga com a defesa de Mantoan (2006) sobre a importância da institucionalização da inclusão como um compromisso ético e político. Assim, nota-se que apesar dos avanços legais, é fundamental uma regulamentação nacional específica, que garanta identidade profissional e condições adequadas de trabalho aos monitores.

Do ponto de vista da formação, os documentos normativos como o Parecer CNE/CEB nº 13/2009 (BRASIL, 2009) e a Nota Técnica nº 19/2010 do MEC/SEESP (BRASIL, 2010) reconhecem que o monitor não deve apenas assistir o aluno em tarefas físicas, mas também colaborar no processo de aprendizagem, promovendo sua autonomia e inclusão. Essa perspectiva amplia o entendimento

sobre o papel desses profissionais, alinhando-se às contribuições de Glat e Blanck (2007), que afirmam ser imprescindível uma formação continuada, reflexiva e voltada para os desafios reais da escola inclusiva. Os dados coletados nesta pesquisa, que apontam para lacunas na formação inicial e na capacitação continuada dos monitores, reforçam a urgência de implementação de políticas formativas sistemáticas, como preconizado por esses autores e já previsto nas normativas educacionais federais.

É importante destacar ainda, que o papel do monitor de sala pode variar consideravelmente entre os sistemas de ensino, sendo ora voltado exclusivamente ao apoio nas atividades de vida diária (como alimentação, higiene e locomoção), ora ampliado para o suporte nas atividades pedagógicas e mediação social (Silva & Oliveira, 2016). Em muitos casos, esses profissionais acabam assumindo funções para as quais não foram preparados, enfrentando desafios como a ausência de formação continuada, indefinição institucional de suas funções, sobrecarga de trabalho e escasso reconhecimento profissional (Ferreira & Carvalho, 2020).

Ao fazer um levantamento sobre as atribuições e regulamentações dos monitores escolares por redes de ensino, obteve-se o seguinte panorama apresentado no quadro a seguir:

Quadro 2 – Atribuições e Regulamentações dos Monitores Escolares por Redes de Ensino

Rede de Ensino / Localidade	Nomenclatura Utilizada	Atribuições Principais	Regulamentação / Observações
Rede Estadual de São Paulo (2018)	Monitor de Inclusão	Apoio na locomoção, alimentação, higiene e mediação de atividades pedagógicas para alunos com deficiência.	Regulamentado por resoluções da Secretaria de Educação; exige formação mínima e participação em capacitações periódicas.
Município de Curitiba/PR (2019)	Agente de Apoio Educacional	Auxílio nas atividades diárias dos alunos com deficiência, incluindo suporte em sala de aula e em atividades extracurriculares.	Contratação via concurso público; formação específica em educação inclusiva é diferencial.
Município de Salvador/BA (2019)	Cuidador Escolar	Assistência direta a alunos com deficiência nas atividades de alimentação, higiene e locomoção.	Regulamentado por lei municipal; exige ensino médio completo e curso de cuidador.
Município de Belo Horizonte/MG (2019)	Auxiliar de Apoio à Inclusão	Apoio às necessidades específicas de alunos com deficiência, colaborando com professores na adaptação de atividades.	Contratação temporária; formação mínima exigida é o ensino médio completo.
Município de Recife/PE (2018)	Assistente de Apoio Escolar	Suporte individualizado a alunos com deficiência, incluindo auxílio em atividades pedagógicas e de vida diária.	Regulamentado por decreto municipal; formação específica em educação especial é valorizada.
Município onde a pesquisa foi realizada (2023)	Monitor de Sala de Aula	O monitor de sala de aula — tem como principal atribuição acompanhar o aluno durante o período de permanência na escola regular, oferecendo suporte nas atividades de vida diária (como higiene, alimentação e locomoção), na organização de materiais e na mediação da participação nas atividades escolares, sempre com o foco em promover autonomia e segurança. Ele atua em	Regulamentado por Resolução da Secretaria Municipal de Educação (2023).

		parceria com o professor regente, mas não executa o planejamento pedagógico, nem responde pela mediação dos conteúdos escolares.	
--	--	--	--

Fonte: elaborado pelas autoras (2025)

O quadro ilustra a diversidade de práticas e o grau de institucionalização da função no Brasil. Algumas redes, como Curitiba e Recife, apresentam modelos mais estruturados, com exigência de formação específica e inserção mais clara na rotina escolar. Esse cenário afirma a importância do reconhecimento e incorporação deste profissional no quadro de profissionais que compõem a estrutura de suporte pedagógico das redes de ensino. Conforme aponta Nóvoa (2009), a construção de uma escola inclusiva passa pela valorização do trabalho coletivo, e isso só será possível quando os monitores forem incorporados como sujeitos ativos no planejamento pedagógico, e não apenas como suporte operacional.

Por outro lado, pesquisas também destacam o potencial transformador da atuação dos monitores de sala, especialmente quando trabalham em articulação com os professores e recebem apoio formativo adequado (Almeida, 2018). Nessas condições, os monitores podem favorecer a construção de um ambiente mais acessível e responsivo às necessidades dos alunos com deficiência, fortalecendo sua autonomia e promovendo uma participação mais efetiva no cotidiano escolar.

Além disso, estudos qualitativos que buscam compreender a visão dos próprios monitores de sala sobre seu trabalho têm revelado aspectos importantes de suas experiências subjetivas, como o sentimento de pertencimento à equipe escolar, o vínculo afetivo com os alunos, a frustração diante de barreiras institucionais e o desejo de reconhecimento e valorização profissional (Rocha & Lima, 2021). Essas pesquisas ressaltam a importância de escutar esses profissionais, cuja atuação cotidiana muitas vezes permanece invisibilizada nas políticas públicas e nas práticas escolares.

Diante desse panorama, torna-se urgente não apenas reconhecer a relevância dos monitores de sala na efetivação da educação inclusiva, mas também garantir que suas vozes sejam consideradas na construção de políticas educacionais, programas de formação e práticas pedagógicas mais equitativas. A presente pesquisa, ao investigar suas percepções sobre o trabalho realizado com crianças público-alvo da educação especial, insere-se nesse esforço de ampliação do debate e valorização do papel desses profissionais na escola inclusiva.

3 METODOLOGIA

Este estudo insere-se no campo da pesquisa qualitativa, por considerar que a compreensão da visão dos monitores de sala sobre seu trabalho requer a escuta atenta de suas experiências, significados

e percepções construídas no contexto da prática cotidiana (Minayo, 2001). A abordagem qualitativa possibilita uma análise aprofundada das vivências desses profissionais, valorizando a subjetividade e a complexidade dos processos educacionais nos quais estão inseridos.

Trata-se de uma pesquisa exploratória de natureza descritiva, com o objetivo de identificar e analisar como os monitores de sala compreendem e vivenciam sua função junto aos estudantes público-alvo da educação especial em escolas regulares.

4 PARTICIPANTES

Participaram do estudo dez monitores de sala que atuam em escolas da rede municipal de ensino de uma cidade do interior do estado de São Paulo. Os critérios de inclusão foram: (a) estar em exercício como monitor de sala com estudantes público-alvo da educação especial no ensino comum; e (b) possuir, no mínimo, um ano de experiência na função. A escolha dos participantes se deu por conveniência e disponibilidade, preservando o sigilo e o anonimato dos profissionais envolvidos. Esta investigação configura-se como um recorte de uma pesquisa mais ampla, vinculada ao doutorado em Educação Escolar, que tem como objetivo central analisar como se dá o processo de alfabetização de estudantes com Deficiência Intelectual (DI) e Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto da escola regular, considerando as práticas pedagógicas inclusivas e a mediação de diferentes profissionais no cotidiano escolar.

5 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados, foi utilizada a técnica de entrevista semiestruturada, composta por questões abertas que abordaram os seguintes eixos: (1) o cotidiano do trabalho como monitor de sala; (2) a relação com os alunos e com a equipe pedagógica; (3) os desafios enfrentados na atuação; (4) a percepção sobre sua contribuição no processo de inclusão e desenvolvimento dos estudantes; e (5) sugestões para melhoria das condições de trabalho e formação profissional.

As entrevistas foram realizadas individualmente, em local reservado na própria escola, com duração média de 30 minutos, e registradas por meio de gravação em áudio, mediante autorização dos participantes, conforme os princípios éticos da pesquisa com seres humanos.

6 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

As entrevistas foram transcritas na íntegra e submetidas à análise de conteúdo (Bardin, 2011), buscando-se identificar categorias emergentes a partir do material empírico. As falas foram agrupadas em núcleos temáticos que expressassem sentidos recorrentes nas narrativas dos participantes,

permitindo uma compreensão mais sistematizada dos dados. A seguir passamos a análise dos dados coletados segundo as categorias de análise.

6.1 CONCEPÇÃO DO PAPEL PROFISSIONAL

Os monitores demonstraram compreender seu trabalho como essencial para o processo de inclusão dos alunos com deficiência, destacando a importância do apoio individualizado e da atenção constante. As falas revelam uma visão ampliada do papel profissional, que vai além do cuidado físico, abrangendo também aspectos pedagógicos e afetivos:

“Eu ajudo o aluno a acompanhar a aula, fico do lado, explico do jeitinho que ele entende. Às vezes o professor não consegue dar essa atenção porque tem muitos alunos.” *(Entrevistada 3)*

“Tem dias que sou cuidadora, tem dias que sou professora, e tem dias que sou psicóloga. A gente acaba sendo tudo um pouco.” *(Entrevistada 6)*

6.2 RELAÇÃO COM OS ALUNOS E MEDIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

As relações estabelecidas com os estudantes são descritas como profundas e significativas, mediadas por vínculos afetivos e confiança mútua. Os monitores se veem como pontes entre o aluno, o professor e os colegas, favorecendo tanto a aprendizagem quanto a participação social:

“Ele só se sente seguro se estou perto. No começo, ele nem queria vir para a escola. Hoje ele participa das atividades, responde na roda. Isso é uma conquista nossa.” *(Entrevistada 1)*

“Tem aluno que depende muito da gente para se organizar, prestar atenção, até para interagir. A gente vai ajudando ele a se sentir parte da turma.” *(Entrevistada 8)*

6.3 DESAFIOS INSTITUCIONAIS E FORMATIVOS

Os desafios mais recorrentes relatados foram a falta de formação específica para atuar com estudantes com deficiência, a ausência de clareza institucional sobre as funções do monitor e a carência de articulação com a equipe pedagógica:

“Ninguém nunca me explicou direito o que eu tinha que fazer. Fui aprendendo no dia a dia, observando os outros.” *(Entrevistada 4)*

“Às vezes o professor não quer dividir a aula, acha que estou ali só para segurar o aluno. Mas a gente pode ajudar muito mais.” *(Entrevistada 9)*

6.4 RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DA FUNÇÃO

Os participantes expressaram sentimentos de desvalorização e invisibilidade profissional. Apesar de reconhecerem a relevância do trabalho que realizam, muitos relataram a ausência de reconhecimento institucional, baixos salários e pouca perspectiva de crescimento profissional:

“A gente é visto como ajudante. Parece que nosso trabalho não tem importância.”
(Entrevistada 2)

“O que eu faço muda a vida do aluno, mas ninguém me pergunta como está sendo para mim.”
(Entrevistada 10)

Ainda assim, mesmo diante de adversidades, a maioria demonstrou orgulho pelo trabalho realizado e desejo de contribuir de forma mais qualificada com o processo de inclusão escolar.

7 DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa revelam aspectos importantes sobre a vivência dos monitores de sala no cotidiano escolar e contribuem para ampliar a compreensão de seu papel na efetivação da educação inclusiva. As quatro categorias emergentes — concepção do papel profissional, relação com os alunos, desafios institucionais e valorização profissional — evidenciam tanto as potencialidades quanto as limitações enfrentadas por esses profissionais.

A concepção ampliada do papel do monitor, observada nas falas dos participantes, corrobora com os apontamentos de Silva e Oliveira (2016), que destacam a multiplicidade de funções assumidas por esses profissionais no cotidiano escolar. Embora sua função esteja frequentemente associada ao cuidado e ao apoio físico, os monitores se percebem como agentes ativos no processo pedagógico, adaptando atividades, mediando relações e incentivando a autonomia dos alunos. Essa compreensão vai ao encontro das diretrizes da Política Nacional de Educação Especial (2008), que reconhece a necessidade de apoio individualizado no ambiente escolar comum.

A relação construída entre monitor e aluno é marcada por vínculos afetivos e por uma presença constante e atenta, que favorece a segurança emocional e a participação do estudante nas atividades escolares. De acordo com Almeida (2018), a presença do monitor pode ser um fator decisivo para que o estudante com deficiência se sinta pertencente ao grupo e participe efetivamente do processo de ensino-aprendizagem. As falas dos participantes desta pesquisa reforçam essa ideia, evidenciando o papel do monitor como facilitador da inclusão, tanto no campo pedagógico quanto no social.

Contudo, os desafios institucionais são significativos. A ausência de uma formação específica para atuar com o público da educação especial é uma queixa recorrente, e está em consonância com os estudos de Ferreira e Carvalho (2020), que identificaram lacunas na formação inicial e continuada desses profissionais. A falta de clareza institucional sobre suas atribuições também contribui para a sobreposição de funções, gerando insegurança e conflitos com outros membros da equipe escolar. Isso reforça a importância de políticas que regulamentem claramente o papel do monitor de sala e garantam formação adequada e continuada.

Outro aspecto relevante é a percepção de desvalorização profissional. A invisibilidade institucional, aliada à baixa remuneração e à ausência de reconhecimento, impacta diretamente na motivação e no bem-estar dos monitores. Rocha e Lima (2021) também destacam essa realidade, apontando que, apesar da importância do trabalho desses profissionais, seu reconhecimento ainda é limitado dentro das estruturas escolares. Essa situação compromete não apenas a qualidade da atuação, mas também a permanência desses profissionais nas escolas.

Apesar das dificuldades, os relatos demonstram forte compromisso ético e afetivo com os alunos, revelando uma atuação significativa para o fortalecimento da inclusão escolar. Essa dedicação, no entanto, precisa ser reconhecida por meio de políticas públicas que ofereçam formação adequada, regulamentação clara de funções e valorização profissional.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu compreender, a partir da perspectiva dos próprios monitores de sala, os significados atribuídos ao trabalho que desenvolvem junto às crianças público-alvo da educação especial em escolas regulares. Os resultados evidenciam que, apesar das dificuldades enfrentadas, esses profissionais desempenham um papel fundamental na construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, atuando como mediadores do processo de ensino-aprendizagem, promotores da participação social e apoiadores do desenvolvimento integral dos alunos.

Ficou evidente que os monitores não apenas contribuem para a realização de tarefas práticas e cuidados físicos, mas também constroem relações afetivas, apoiam a autonomia dos estudantes e colaboram com o trabalho pedagógico dos professores. No entanto, a falta de formação específica, a indefinição institucional de suas funções e a ausência de valorização profissional ainda constituem entraves importantes à plena efetivação de seu papel.

Diante disso, esta pesquisa aponta para a necessidade urgente de avanços em três frentes:

A primeira frente diz respeito a Formação continuada, posto que é essencial que os monitores tenham acesso a programas de formação que abordem aspectos teóricos e práticos da educação inclusiva, contribuindo para o aprimoramento de sua atuação.

A ausência de formação inicial e continuada para os monitores de sala revela-se um dos principais entraves para a consolidação de práticas inclusivas com qualidade. Segundo Glat e Fernandes (2005), a formação dos profissionais que atuam diretamente com estudantes público-alvo da educação especial é condição indispensável para garantir que os princípios da inclusão se efetivem no cotidiano escolar. Os monitores, apesar de sua centralidade nas práticas de apoio, muitas vezes não

são contemplados em políticas formativas, sendo “aprendizes da prática”, como os próprios dados da pesquisa revelaram.

Mendes (2006) reforça que o conhecimento sobre as especificidades do desenvolvimento de alunos com deficiência, bem como estratégias pedagógicas adaptadas, deve ser parte do repertório de todos os envolvidos na escolarização desses estudantes. Isso inclui os profissionais de apoio, que não podem ser reduzidos a meros acompanhantes físicos.

Assim, uma política de formação continuada deve articular saberes práticos e teóricos, fortalecendo os monitores em sua função mediadora, e promovendo a corresponsabilidade de todos os atores escolares pela inclusão (ALMEIDA; PLETSCHE, 2010).

A segunda frente é relativa ao reconhecimento institucional, uma vez que é preciso estabelecer diretrizes claras quanto às atribuições desses profissionais, promovendo sua integração nas equipes escolares e evitando sobreposição ou descaracterização de funções.

A indefinição das funções do monitor de sala no ambiente escolar gera sobrecarga, tensão com professores e insegurança institucional. Muitos desses profissionais acabam sendo exigidos a cumprir tarefas pedagógicas para as quais não têm formação, ou são deslocados para tarefas que deveriam ser de outros agentes escolares. Esse cenário reforça a necessidade de regulamentação clara, como defendem Ghedin e Oliveira (2012), a fim de evitar a “terceirização informal da docência” ou a transformação dos monitores em “substitutos informais do professor”.

De acordo com a Nota Técnica nº 19/2010/MEC/SEESP, a atuação do profissional de apoio deve ocorrer de maneira colaborativa e subordinada ao planejamento do professor, contribuindo para a promoção da autonomia do aluno, sem substituí-lo em sua participação escolar. No entanto, como alertam Carvalho e Viana (2021), a ausência de normativas claras nas redes municipais e estaduais frequentemente deixa os monitores à mercê das decisões locais e subjetivas de gestores e docentes, aprofundando desigualdades e precarização.

Uma regulamentação efetiva deve, portanto, delimitar responsabilidades, preservar a função pedagógica do professor e assegurar o caráter complementar e cooperativo da atuação do monitor.

A terceira trata-se da valorização profissional que passa pelo reconhecimento simbólico e concreto de sua importância, o que implica melhorias salariais, estabilidade no cargo e inclusão em políticas educacionais de maneira mais estruturada.

O reconhecimento profissional — tanto simbólico quanto material — é decisivo para a permanência e o engajamento dos profissionais de apoio. Conforme apontam Tardif (2002) e Dubar (2005), a identidade profissional é construída no interior de relações institucionais que legitimam ou

desvalorizam as funções exercidas. Quando os monitores são excluídos de reuniões pedagógicas, formações ou espaços de decisão, há um reforço da lógica da invisibilidade e da precarização.

Campos e Carvalho (2018) analisam a figura do monitor como um “trabalhador invisível” da inclusão: essencial para garantir o funcionamento das estratégias inclusivas, mas ignorado pelas estruturas de poder escolar. A valorização desses profissionais exige não apenas reconhecimento moral e afetivo, mas também condições dignas de trabalho, estabilidade, formação e participação nos processos pedagógicos.

Como destaca Mantoan (2006), uma escola inclusiva se constrói quando todos os seus membros são reconhecidos como parte da comunidade educativa. Isso inclui os monitores, cuja atuação deve ser legitimada por políticas públicas que articulem formação, regulamentação e valorização efetiva.

Por fim, a escuta das experiências e percepções dos monitores deve ser compreendida como um passo importante para a construção de práticas mais democráticas e inclusivas nas escolas. A valorização desses profissionais é também a valorização de um modelo educacional que respeita as diferenças, promove a equidade e garante o direito de aprender a todos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A.; PLETSCHE, M. D. (Orgs.). Políticas de educação especial no Brasil: história e perspectivas. 2. ed. Niterói: Intertexto, 2010.

BRASIL. Nota Técnica nº 19/2010/MEC/SEESP/GAB. Esclarecimentos sobre o atendimento educacional especializado e a atuação do profissional de apoio. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 13/2009. Diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Brasília: CNE/CEB, 2009.

CAMPOS, R. H. F.; CARVALHO, R. E. M. Os profissionais de apoio escolar e a invisibilidade da inclusão: uma análise crítica das políticas públicas. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 24, n. 3, p. 345–360, 2018.

CARVALHO, R. E. M.; VIANA, D. A. Formação de monitores escolares: o paradoxo entre função pedagógica e ausência de políticas públicas. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 16, n. esp. 2, p. 1372–1387, 2021.

DUBAR, C. A socialização: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ESTADO DE SÃO PAULO. Lei Complementar nº 1.144, de 11 de julho de 2011. Dispõe sobre a criação de funções de Agente de Organização Escolar e Agente de Serviços Escolares no Quadro de Apoio Escolar. Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo, São Paulo, SP, 12 jul. 2011. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2011/lei.complementar-1144-11.07.2011.html>. Acesso em: 11 maio 2025.

ESTADO DE SÃO PAULO. Resolução SE nº 68, de 28 de setembro de 2017. Dispõe sobre a atuação do profissional de apoio escolar no âmbito da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 29 set. 2017. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/resolucao-se-68-2017/>. Acesso em: 11 maio 2025.

GHEDIN, E.; OLIVEIRA, D. A. A construção do profissional de apoio escolar na perspectiva da inclusão: tensões e desafios. Educação & Sociedade, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1257–1275, 2012.

GLAT, R.; FERNANDES, N. Formação de professores para a diversidade: um desafio para a universidade. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 51–66, 2005.

JARDINEZ, M. J.; NATIVIDAD, L. R. The Advantages and Challenges of Inclusive Education: Striving for Equity in the Classroom. *Shanlax International Journal of Education*, 12(2), 57–65, 2024.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2006.

MENDES, E. G. A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais: questões para reflexão. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 26, n. 69, p. 19–34, 2006.

MITTLER, P. *Working Towards Inclusive Education: Social Contexts*. Nova York: Routledge, 2015.

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE. Lei nº 11.174, de 17 de setembro de 2019. Institui o cargo de Auxiliar de Apoio à Inclusão Escolar na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte. *Diário Oficial do Município de Belo Horizonte*, Belo Horizonte, MG, 18 set. 2019.

MUNICÍPIO DE CURITIBA. Decreto nº 697, de 12 de março de 2019. Regulamenta a função de Assistente de Atendimento Educacional Especializado no Município de Curitiba. *Diário Oficial de Curitiba*, Curitiba, PR, 13 mar. 2019. Disponível em: <https://mid.curitiba.pr.gov.br/2021/00228299.pdf>. Acesso em: 11 maio 2025.

MUNICÍPIO DE SALVADOR. Secretaria Municipal da Educação. *Manual de atribuições dos cuidadores escolares*. Salvador: SME, 2018. (Documento interno)

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Lei nº 16.974, de 23 de agosto de 2018. Dispõe sobre a criação da função de Auxiliar de Vida Escolar (AVE), no âmbito da Secretaria Municipal de Educação. *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, São Paulo, SP, 24 ago. 2018.

MUNICÍPIO DE RECIFE. Secretaria de Educação. *Guia do assistente de apoio escolar*. Recife: SEDUC, 2019.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.

UNESCO. *Global Education Monitoring Report 2020: Inclusion and education*. Paris: UNESCO.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.